

RECONFIGURAÇÕES SOCIOCULTURAIS E LINGÜÍSTICAS NO PORTUGAL DE QUINHENTOS EM COMPARAÇÃO COM O PERÍODO ARCAICO

Rosa Virgínia MATTOS E SILVA¹

- **RESUMO:** Neste artigo são apresentados efeitos de novas reconfigurações socioculturais e lingüísticas quinhentistas, em relação ao período arcaico, nos estudos histórico-lingüísticos sobre o português. São eles: a questão da autoria; o início dos estudos metalingüísticos sobre a língua portuguesa; o início do português como "língua de ensino"; a difusão do livro impresso e não mais "manuscrito" e a ampliação do campo literário.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Lingüística histórica; história da língua portuguesa; português arcaico; português moderno.

Introdução

Tenho como objetivo aqui traçar de maneira sintética algumas reconfigurações socioculturais e lingüísticas que se implementam no Portugal de quinhentos, ou seja, o século XVI, com a finalidade de indicar que, para as pesquisas que tratam da história da língua portuguesa no seu passado mais remoto, o período arcaico e os inícios do moderno, tais reconfigurações se refletem na documentação escrita remanescente, base de que se dispõe para os estudos históricos do passado de qualquer língua não-ágrafa.

O tema foi motivado como uma reflexão para o projeto coletivo do "Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR)", intitulado

1 Departamento de Letras Vernáculas - UFBA - 40170-290 - Salvador - BA.

“O português quinhentista: estudos lingüísticos”. Vale dizer que o arco de tempo sobre o que pesquisa o PROHPOR abarca a história da língua portuguesa das origens ao século XVI e daí para a frente inflete em direção da história do português brasileiro.

As características lingüísticas que tipificam o período arcaico do português se apresentam consistentemente na documentação remanescente do século XIII ao XIV, e até a segunda metade do século XVI algumas delas permanecem e outras desaparecem (Mattos e Silva, 1994), tanto que, nas propostas de periodização da língua portuguesa, se costuma propor uma primeira fase do português arcaico até fins do século XIV e uma segunda, para alguns autores *português médio*, cujo limite final é impreciso e divergem os estudiosos da história do português. Uma data simbólica para Ivo Castro (1991, p.243) seria 1536, porque nela foi representado o último auto de Gil Vicente – *Floresta de enganos*; morre Garcia de Rezende e se publica o primeiro estudo metalingüístico sobre o português, a *Gramática da linguagem portuguesa* de Fernão de Oliveira.

Enquanto uma cronologia seriada, relativa e sistemática de fatos lingüísticos que existiam no período arcaico mais recuado e vão desaparecendo do século XIV para o XVI, não se pode propor, com dados intralingüísticos, os inícios do português moderno ou clássico (prefiro *moderno*, porque *clássico* implica sempre uma concepção relacionável à documentação literária e, para os estudos lingüísticos, a produção não-literária tem *status* similar como fonte de pesquisa para o passado das línguas). No Grupo de Pesquisa PROHPOR, temos considerado que 1536/1540 são datas sociolingüísticamente motivadas para os inícios dos tempos modernos da língua portuguesa, já que se inicia então o processo progressivo de normatização com a gramática já referida de Fernão de Oliveira e a *Gramática da língua portuguesa*, de 1540, de João de Barros.

Ivo Castro, na sua conferência *Para uma história do português clássico* (1996, p.137), localiza o português clássico nos séculos XVI e XVII e caracteriza como de importância idêntica e inter-relacionados, sem hierarquização, os seguintes fatos socioculturais e lingüísticos: a entrada do português na Galáxia de Gutemberg; o desenvolvimento da língua literária; o português como (meta)linguagem sobre si mesmo e o transbordamento da língua portuguesa dos limites da comunidade em que inicialmente era usada.

Neste texto desenvolverei esta questão, centrando-me no século XVI, e considerarei os seguintes aspectos, que, tal como Ivo Castro, con-

sidero necessariamente inter-relacionados e sem hierarquização, mas que, por clareza expositiva, há que itemizá-los:

- a) a produção do texto do período arcaico para os anos quinhentos;
- b) a recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação, a partir do século XVI;
- c) os novos mecanismos de controle do uso lingüístico no Portugal quinhentista em relação aos séculos anteriores;
- d) o alargamento do campo literário e a figura do autor nos tempos modernos que se iniciam.

A produção do texto do período arcaico para os anos quinhentos

Seguindo o historiador medievalista Armindo de Souza (1993, v.2, p.532-3), há que se ter claro que o período arcaico (prefiro *arcaico* a *medieval*, porque, no âmbito lingüístico, características ultrapassam a data que a história costuma usar para o fim da Idade Média, 1492) se caracteriza pela oralidade. Nesse tempo não ultrapassaria o montante de 2% a "elite intelectual", a sua grande maioria ligada ao mundo religioso dos mosteiros e das dioceses, à Igreja católica, enfim, e a segmentos da nobreza. Como diz o autor, "o povo mesmo é noite para nós" (*ibidem*, p.533).

Tirante a documentação não-literária, jurídico-notarial, tanto particular como oficial, que começa a ser escrita em português, concorrendo com o latim, nos inícios do século XIII (talvez antes, como vem demonstrando Ana Maria Martins, 1999), que é constante, a partir de então, pela necessidade da organização jurídico-administrativa da sociedade, a documentação que, genericamente, pode-se chamar de literária era de produção restrita. Escrita por "profissionais da escrita", os escribas dos *scriptoria* monásticos sobretudo, mas provavelmente também outros ligados a nobres intelectuais como talvez ocorresse em torno de D. Pedro, conde de Barcelos, certamente o principal nobre intelectual da primeira fase do período arcaico, falecido em 1354.

Nas palavras de outro historiador medievalista, Oliveira Marques (1964, p.192):

A divulgação destas e doutras obras [literárias] não se podia alargar a um público vasto. O livro era caro e raro. A não ser tratando-se de obras religiosas,

como bíblias, missais, antifonários e demais livros de ofício, cuja necessidade de disseminação punha em movimento dezenas ou até centenas de tradutores, obras literárias de outra espécie conheciam "tiragens" de um, dois ou três exemplares. Mandava-se copiar o livro A ou o livro B porque o rei ou um grande senhor havia manifestado interesse em o possuir.

Decorrente disso é que a tradição textual dos manuscritos medievais portugueses se caracteriza, em geral, pelo *codex unicus*, sendo poucas as obras de que se dispõe de mais de um testemunho, a partir dos quais se pode, por vezes, fazer um *stemma codicum*, que indicará testemunhos que se perderam, por razões inatingíveis, com o passar do tempo. Veja-se, como exemplo, o *stemma* proposto por Giuseppe Tavani (1988, p.55-121) para as relações históricas entre os três códices remanescentes do *Cancioneiro medieval* profano ou o que propus para as versões medievais portuguesas dos *Diálogos de São Gregório*, as três com que trabalhei, dos séculos XIV e XV e as que provavelmente desapareceram ou ainda não foram encontradas (1989, p.56).

Outro aspecto significativo para o que intenciono aqui é a questão da datação e local de produção do texto no período arcaico. Com exceção dos documentos notariais, localizados e datados no final, os textos literários podem ser situados em um momento desse período por fatos referidos no decorrer do texto, como é o caso, por exemplo, do *Orto do esposo*, mas, na maioria das vezes, essa localização no tempo só poderá ser feita pelas características paleográficas e/ou lingüísticas do próprio texto. Raro é aquele que, no final, indica a data de sua realização.

Além disso, muitas vezes, o texto foi escrito pela primeira vez em um desconhecido momento, mas dele ficou uma cópia posterior. Um bom exemplo é o da versão portuguesa da *Demanda do Santo Graal*, que se supõe ter sido traduzido do francês no século XIII, mas dela o *codex unicus* remanescente é do século XV. Mais interessante ainda é a cópia manuscrita, situável entre 1536 e 1546 (Castro, 1979), do *José de Arimatéia*, também do ciclo do Graal, tradução talvez contemporânea à da *Demanda*, mas desse códice inicial não restam fragmentos que mostrem as suas origens recuadas.

Essas questões da localização no tempo e no espaço dos manuscritos do período arcaico exigem que, para cada documento a ser trabalhado lingüisticamente, se busque, com rigor, reconstruir a história textual de cada um deles, problema que começa a ficar menos complexo já no século XV, quando se pode, com maior clareza e precisão, saber, por exemplo, quando foi escrita a produção da época da dinastia de Avis.

Tanto aquela escrita pelos príncipes e reis dessa dinastia como a nova historiografia que se inicia com Fernão Lopes pela década de 20 do século XV.

Nos anos quinhentos, embora a tradição do livro manuscrito não tenha se encerrado de repente (basta lembrar-se dos códices manuscritos e ricamente decorados da chamada "leitura nova" do tempo de D. Manuel e a já referida cópia de 1536/1546 do *José de Arimatéia*) com a implementação da imprensa, que chega a Portugal cinquenta anos depois do invento de Gutemberg, questões de localização no tempo e no espaço de edições *princeps*, datadas, já reconfiguram o panorama aqui esboçado sobre características da produção escrita do período arcaico.

Se aceitarmos como textos inaugurais do período moderno as gramáticas de 1536 e de 1540, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, respectivamente, veremos no texto já impresso: na primeira, no colofão está: "Acabouse de imprimir... em Lisboa, e) casa de Germão Galharde a XXVIJ dias do mês de janeyro de mjl e quinhentose trinta e seis annos da nossa salvação" e, na portada da segunda, estão em latim indicados o lugar, Lisboa; o tipógrafo, Luis Rodrigues, e a data, em romano, MDXL. Germão Galharde e Luis Rodrigues estão entre os principais donos de casas impressoras do Portugal quinhentista, sendo o principal deles Valentin Fernandes, o grande primeiro dono de casa impressora portuguesa, responsável pela edição da *Vita Christi* de 1498 que, durante muito tempo, foi considerado o primeiro livro impresso em Portugal. Pesquisas recentes recuam essa data para 1487, com a impressão, em hebraico, do *Pentateuco* por Samuel Gacon, livro impresso em Faro, além de outros incunábulo da década de 80 do século XV (Mendes, 1995, s. v. *Incunábulo*).

A imprensa não só alargará a divulgação da produção textual, mas facilitará um aspecto dos estudos histórico-lingüísticos que, com maior precisão, poderão datar e localizar os dados sobre os quais se processarão as análises de fatos lingüísticos.

A recepção do texto escrito no período arcaico e sua ampliação a partir do século XVI

Não ultrapassaria de 2% a elite intelectual do século XII ao XV em Portugal, como afirma o historiador, já referido, Armindo de Souza, caracterizando-se esse período pela oralidade. Não obstante havia então

escolas de vários tipos e podem ser classificadas na tipologia seguinte: "Universidade, escolas catedrais, escolas capitulares, escolas monásticas, escolas conventuais, 'escolas palacianas', escolas municipais, escolas paroquiais e escolas domésticas" (Souza, 1993, v.2, p.534). Depois de descrevê-las, o autor conclui: "É certo que essa rede de escolas atinge pouca gente" (ibidem, p.540).

No seu livro *A sociedade medieval portuguesa*, Oliveira Marques (1964, p.187) descreve também essa realidade e afirma: "Aprendia-se portanto a ler e escrever em latim mas ninguém falava já latim no Portugal dos séculos XII a XV, a não ser com embaixadores estrangeiros". Acrescento que também, muito provavelmente, no âmbito eclesial, monástico e secular.

O mesmo autor, destacando que desde D. Dinis o português tenha sido convertido em língua oficial, afirma que:

a verdade é que nunca escolas e mestres particulares o ensinavam até fins da Idade Média... o português era ouvido no berço, falava-se depois naturalmente e escrevia-se (os que escreviam) sem nunca se ter aprendido. Daí o fato de a linguagem escrita se aproximar notavelmente da linguagem falada. (Ibidem, p.187)

A língua de ensino era, portanto, o latim. Que os textos medievais manuscritos em vernáculo seriam mais para serem ouvidos que lidos fica indicado, por exemplo, no sistema complexo da pontuação dos manuscritos medievais que, a par de uma surpreendente sistematicidade lógico-gramatical, sinalizavam também necessidades prosódicas, como pôde demonstrar, em recente pesquisa de mestrado, Machado Filho (1999).

Os inícios do século XVI reconfiguram tal situação tipicamente medieval. Inicia-se, aos poucos, a laicização da cultura letrada, sem desprestígio do ensino e do conhecimento do latim e da cultura latina, mas, aos poucos, o português começa a ser língua de ensino, alargando o âmbito dos receptores da documentação escrita em vernáculo.

Sem dúvida, a implementação da imprensa em Portugal, a partir da penúltima década do século XV, e o uso do papel, em substituição ao pergaminho, tornaram a produção escrita menos rara e menos cara, diferente do que ocorre nos séculos anteriores.

Há informações seguras de que *cartinhas/cartilhas* existiram antes e depois da mais célebre e ricamente ilustrada de João de Barros, impressa em 1539, um ano antes de sua *Gramática*. Esse tipo de texto foi pressionado, certamente, pela necessidade da colonização do império ultramarino que se estabelecia na África e na Ásia.

Conforme M. L. Buescu, e, baseada em Damão de Góis, já em 1504 eram enviados livros para o Congo, entre eles, provavelmente *cartinhas*; em 1512 e 1515 seguem para a Abissínia e para o oriente novas remessas de livros de que faziam parte *Cartinhas* (Buescu, 1971, p.XXV). Em 1521, D. Duarte de Menezes manda entregar duzentas cartilhas, um *Flos Sanctorum* e 34 evangelhos para Goa, também Cananor e Malaca (Curto, 1998, v.1, p.424). Contudo, conforme esse historiador da cultura quinhentista afirma, só a partir de meados do século XVI será possível falar de “esforços regulares de exercício de uma política educativa” (ibidem).

O mesmo historiador, Ramada Curto, ao levantar a questão sobre quem “melhor protagoniza o uso do vernáculo escrito na Lisboa de Quinhentos”, informa que:

então no Largo do Pelourinho lisboeta existiam muitos homens assentados diante de uma mesa, espécie de escritvães, copistas ou notários sem caráter de oficiais públicos, os quais se entregavam às mais diversas tarefas da escrita: cartas de amor, elogios, orações, versos, sermões, epicédios e também requerimentos em outros papéis, tanto em estilo chão como pomposo. (Curto, 1993, v.3, p.359)

Ainda informa que os “mestres de ensino das primeiras letras”, em Lisboa, apontam para um aumento ao longo do século XVI: “de 30 ou 34 em 1551-1552 passam a 60” nos inícios do século XVII, também nessa época duplicava-se a população lisboeta. Questiona, contudo, que pouco se sabe acerca das diversas formas de alfabetização (ibidem, p.360). Apresenta outro indicador para o uso do vernáculo: entre os juizes de Coimbra que sabiam assinar o nome “de 1533 a 1567, a percentagem mais elevada é de 9%, enquanto de 1572 a 1581 passam a existir percentagens de 15%, 17% e 20%” (ibidem).

Esses fatos depreendidos pelo historiador da cultura do Portugal quinhentista mostram a implementação do uso escrito do vernáculo, em várias camadas da sociedade, embora as fontes para isso sejam rarefeitas. As *cartinhas/cartilhas*, os mestres-escola, os escritvães públicos não-oficiais a serviço da sociedade em geral reconfiguram tempos diferentes daqueles em que a língua de ensino era o latim, quando agora a recepção do vernáculo escrito espraia-se pela sociedade.

Nesse novo enquadramento social, não é de admirar que comecem a surgir as reflexões sobre o português como “(meta)linguagem de si mesmo”, na expressão já referida de Ivo Castro, e o desencadeamento do processo, que veio a ser contínuo no passar da história, o da normatização da língua portuguesa, não só pelas exigências do livro impres-

so do português como língua de ensino, mas também pela necessidade decorrente da expansão colonial, em que, como se sabe, desde Nebrija, ou mesmo antes, a “língua é companheira do Império” (cf. Asensio, 1991 [1974]).

Com essas novas reconfigurações socioculturais, o texto escrito se distanciará da “voz”, ou seja, da variabilidade do uso falado, e fixará escolhas, que a autoridade dos gramáticos respaldará, o que não ocorria, explicitamente, até 1536. Esse fato terá efeitos evidentes sobre os estudos histórico-lingüísticos acerca da documentação, a partir de quinhentos, em relação aos séculos anteriores.

Os novos mecanismos de controle do uso lingüístico no Portugal de quinhentos em relação aos séculos anteriores

Como referido, o português era escrito, a partir do século XIII, sem que as pessoas o estudassem para escrevê-lo. Escreviam como ouviam e, certamente, dentro de certas tradições de escrita conhecidas pelos “profissionais da escrita” e próprias aos *scriptoria* monásticos e seculares do Portugal medieval.

É do conhecimento geral que, até finais do século XV, não existiam ou não sobreviveram produções metalingüísticas sobre o português. Oliveira Marques (1964, p.187) afirma que entre os séculos XII e XV “usaram-se internacionalmente dicionários explicativos, mas de latim. Em Portugal ficou-nos um pequeno glossário de verbos com a forma latina e a tradução portuguesa”.

Provavelmente outros instrumentos semelhantes necessários ao trabalho da tradução latim/língua vernácula, tão implementada durante todo o período medieval, terão existido, mas até nós só chegou o manuscrito alcobacense, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa, catalogado como CDIV286 (Valle Cintra, 1960, p.69; e Cepeda, 1995, p.102), editado por Henry Carter na revista *Romance Philology* em 1952-1953. Esse indício remanescente pode ser uma evidência de que outros assemelhados tenham existido, que pesquisas em arquivos poderão vir a revelar.

A partir de finais do século XV, as chamadas “línguas vulgares”, por oposição ao latim, ou seja, os vernáculos da Europa ocidental, não só românica, começam a ser gramatizados. No caso dos “vulgares” da Península Ibérica, o texto mais famoso é o de António de Nebrija, a sua gramática do castelhano, publicado em 1492, não por coincidência ano da unificação imperial da Espanha e da descoberta da América, sob a égide dos reis católicos Izabel de Castela e Fernando de Leão. A “língua

companheira do Império” motivou o surgimento dessa gramática que veio a ser, se não modelo, no sentido estrito, das duas primeiras gramáticas sobre o português, a de Fernão de Oliveira de 1536 e a de João de Barros de 1540, pelo menos móvel e inspiração dos inícios dos estudos metalinguísticos sistemáticos sobre o “vulgar”, língua portuguesa.

As nossas duas primeiras gramáticas, quase coetêneas, são de orientações claramente distintas, e seus autores, que conviveram na corte de D. João III, são personalidades de perfil e caráter opostos, bem delineados por Maria Leonor Buescu no seu livro *Historiografia da língua portuguesa* (1984) e em outros textos de sua autoria, tema de que é especialista.

Para os estudos histórico-lingüísticos sobre o passado do português, parece-me muito positivo que se disponha de uma gramática, basicamente de cunho descritivo, como a de Fernão de Oliveira, e outra, autodefinidamente, “preceitiva”, ou, em termos atuais, prescritivo-normativa. A meu ver, esses textos de orientações distintas se complementam e são fundamentais para uma aproximação já explicitada sobre vários aspectos da língua portuguesa da primeira metade de quinhentos.

Fernão de Oliveira centra-se nas “vozes” e na forma de sua articulação, dando informações claras sobre fonética e fonologia, como demonstrou Eugenio Coseriu, no seu clássico estudo *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*, recém-editado (Torres & Assunção, 2000), além de apresentar precisas informações sobre as “dicções”, parte de sua gramática que hoje chamaríamos de Morfologia e Lexicologia, na qual inclui preciosas informações diacrônicas, diatópicas e diastráticas, além de informar sobre empréstimos.

João de Barros centra-se nas “lêteras” e não nas “vozes”, e apresenta, ao fim de sua *Gramática*, a primeira proposta para a ortografia do português. Desenvolve, em grande parte de sua obra, o estudo da “dicçam”, num enfoque que a tradição gramatical sobre o português continua a seguir, com modificações, é claro, com base nas classes de palavras, considerando também a sua morfologia.

Ambos pouco tratam da sintaxe. Fernão de Oliveira anuncia outro livro sobre a “construçam”, que não fez ou se perdeu. João de Barros, ao concluir o estudo das “classes”, aborda alguns aspectos da “construçam das partes”, ao qual se segue um longo estudo sobre as “Figuras”, ou seja, metaplasmos e figuras da Retórica, segundo a tradição de Quintiliano.

Com esses dois textos inaugurais, iniciam-se os estudos gramaticais sobre o português, vencendo, é claro, nos séculos seguintes, com modificações, a orientação “preceitiva” de João de Barros.

A propósito dessas duas gramáticas, diz o historiador Ramada Curto (1993, v.3 p.358):

obras fundadoras de um trabalho de normatização e de reflexo sobre a língua portuguesa, elas já participam de um novo programa intelectual. Em primeiro lugar, trata-se de definir um programa, inspirado no já referido tópico de Nebrija, segundo o qual a língua deverá acompanhar o império. Fernão de Oliveira é quem melhor o apresenta, ao afirmar: "Apliquemos o nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dela, e não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que sempre a possamos ensinar a muitas outras [gentes]".

A par dessas gramáticas, surgem também nos meados do século XVI os primeiros trabalhos lexicográficos com os dicionários – latim/português e português/latim – de Jerônimo Cardoso com edições sucessivas a partir de 1552 até 1570 (Teysier, 1980, p.38). Só nos fins do século XVIII – 1789 – teríamos o primeiro dicionário português/português, a primeira edição do célebre dicionário do brasileiro, em exílio, Antônio Morais e Silva.

Confrontando-se o que ocorreu entre os séculos XIII e XV, com novas produções metalingüísticas da primeira metade do século XVI e o que veio a seguir nesse campo, fica evidente que, para os estudos histórico-lingüísticos sobre o português no período arcaico, só contamos com a documentação remanescente e os dados que dali depreendemos. Nos estudos sobre o português quinhentista não podemos ignorar e avaliar as informações e contribuições das primeiras produções metalingüísticas sobre o português e os inícios da normatização que neutralizarão, em parte, a variabilidade, não só grafemática, que caracteriza os textos do período arcaico e os tornam excelentes, embora complexos informantes, para dar pistas sobre os percursos históricos que tomarão as formas de expressão em português. Seleções serão feitas pelos escritos posteriores do século XVI, a partir de quando, de certo modo, tornam-se menos apreensíveis as realizações conviventes dos usos lingüísticos reais.

O alargamento do campo literário e a figura do autor nos tempos modernos que se iniciam

O chamado "campo literário" no período arcaico pode-se admitir que é de, relativamente, fácil delimitação. Para além da contínua produção não-literária, a partir da segunda metade do século XIII, classificada

por Cintra (1963) em textos notariais, leis gerais, leis locais (forais, foros ou costumes), a produção literária, em sentido lato e por oposição à documentação não-literária, é geralmente classificada em três categorias, no que se refere à prosa, a par do *Cancioneiro medieval profano e religioso*: a) as narrativas "ficcionais", que têm como representantes os "romances" de cavalaria do *Ciclo do Graal*, traduzidos do francês, e o misterioso, quanto às origens, *Amadis de Gaula*; b) a prosa religiosa, na sua maioria traduzida do latim, que é uma produção vasta, melhor exemplo são os numerosos códices da coleção alcobacense e de Santa Cruz de Coimbra; c) a prosa historiográfica.

Essas três grandes categorias de textos literários, além do *Cancioneiro medieval*, caracterizam a primeira fase do português arcaico, isto é, até finais do século XIV, e seus autores e/ou copistas, em geral, não são conhecidos, exceto os poetas dos *Cancioneiros*.

A partir do século XV, com as mudanças histórico-políticas, decorrentes da definição do espaço territorial português e da definição da identidade nacional, em razão da histórica vitória de Aljubarrota contra os castelhanos, liderada por D. João I, fundador da dinastia de Avis, o panorama da documentação literária se reformula. Novos tipos de texto, *lato sensu* literários, aparecem, como é o caso dos de autoria conhecida da dinastia de Avis: D. João I, D. Duarte, D. Pedro, duque de Coimbra, que, sendo príncipes escritores, vão elaborar textos não só de temática pragmática – *O livro da montaria* de D. João I e a *Ensinança de bem cavalgar toda sela* de D. Duarte –, mas também textos filosóficos, como o *Leal conselheiro* de D. Duarte. Já a essa altura aponta, no âmbito corteção, indícios de uma preocupação com a erudita literatura da Roma clássica, como é o caso das traduções, vinculadas a D. Pedro, duque de Coimbra, do *De Oficiis (O livro dos ofícios)* de Cícero e do *De Beneficiis (O livro da virtuosa benfeitoria)* de Sêneca. Começa assim a surgir, na primeira metade do século XV, a figura do autor.

A historiografia, também já autoral, o que não acontecia na primeira fase do período arcaico, inflete e se delimita no âmbito da história de Portugal, e não mais, como antes, nas grandes compilações, quais sejam as *Crônicas gerais*. Essa inflexão para a história de Portugal aponta e se inicia com Fernão Lopes, cuja obra se situa entre 1418 e 1454. Seguem-se a ela os outros vários cronistas oficiais do reino, dos quais foi ele o primeiro. Desde então estão definidos com clareza datas e autores dos textos produzidos na historiografia de quatrocentos.

A prosa religiosa continua sempre, como companheira da Igreja católica, por toda a Idade Média e nos séculos seguintes. Quanto à poesia,

Garcia de Rezende, que falece em 1536, reúne poemas de vária natureza que recobre textos da segunda metade do século XV aos inícios do XVI.

Há já, portanto, uma reconfiguração no campo literário no século XV para o XVI, por oposição aos séculos XIII e XIV, a primeira fase do português arcaico.

Nos anos quinhentos, porém na segunda metade do XV, há já uma nova orientação na historiografia que, a partir de Gomes de Zurara, centrar-se-á na expansão portuguesa, orientação que terá, certamente, como obra mais significativa as *Décadas da Ásia* ou *Ásia* de João de Barros, textos cuja impressão (não são mais manuscritos) se inicia em 1552.

O fato mais relevante, contudo, em oposição ao período arcaico, é o surgimento, na segunda metade do século XVI, do primeiro cânone literário, que, em sentido metafórico, representa, de certo modo, uma “normativização” do literário, quando arrola as obras principais do século e que está explícito, em 1574, no *Diálogo em defesa de nossa linguagem*, de Pero Magalhães de Gândavo, historiador e segundo ortógrafo do português, que seleciona um elenco de escritores e suas obras, para ele as mais significativas de então:

Francisco de Sá Miranda nas comédias e nos versos, João de Barros, autor da *Ásia*, a *Imagem da Vida Cristã* de Frei Heitor Pinto, a prosa de Lourenço de Cárcere, Francisco Moraes, Jorge Ferreira de Vasconcelos e Antônio Pinto, os versos de Luis de Camões “de cuja fama o tempo nunca triunfará”, de Diogo Bernardes ou de Antônio Ferreira e, ainda a *Gramática* de João de Barros, bem como a *História da antiguidade de Évora* de André de Rezende. (Curto, 1993, v.3, p.161)

Como qualquer cânone, a subjetividade e, provavelmente, a sensibilidade em relação às escolhas dominantes na sociedade de então conduzem este à relação de autores que, para um contemporâneo, serão os mais significativos.

Assim, com a normativização progressiva da língua, também se inicia a “normativização” do campo literário, ambas ausentes do período arcaico e que vão caracterizar os novos tempos modernos.

Para quem está centrado nos estudos histórico-lingüísticos, tanto as avaliações iniciais dos primeiros gramáticos como o recorte canônico de Gândavo sobre a produção literária são elementos novos que devem ser considerados. São guias, a serem criticamente avaliados, para os autores de pesquisas lingüísticas do português de quinhentos, que, inevitavelmente, não podem deixar de estar conscientes ao definir um *corpus*

documental para o estudo do português do século XVI. Sem se esquecer de que, tanto para o período arcaico como para o século XVI, o intermediador, inevitável, para os estudos histórico-lingüísticos são as edições confiáveis sobre que se deve pesquisar, já que não se pode, em geral, trabalhar com os documentos originais ou manuscritos ou impressos.

Finalizando

Os fatores de natureza sócio-histórica e cultural selecionados para problematizar reconfigurações socioculturais de quinhentos, em relação ao período arcaico, como se disse no início, estão certamente inter-relacionados e se enquadram nas mudanças que distinguem os “tempos modernos” do “tempo dos manuscritos medievais”, que avançavam de vários pontos da Europa para a sua margem ocidental.

As novas formas de produção do texto escrito ampliam a atividade da escrita e, portanto, da sua recepção, a leitura, e essas, condicionadas não só pelo livro impresso que avança, mas também pela implementação dos que escrevem e do ensino das “línguas vulgares”, trazem como decorrência uma necessidade de normatização, de seleção entre os usos orais conviventes, para os escritos. Normatização que não apenas atinge a língua, mas a sua expressão na literatura, condicionando assim o surgimento de escolhas literárias, que pela primeira vez se define no cânone de Gândavo. A figura do autor diluída na primeira fase do período arcaico, definindo-se na primeira metade do século XV, impõe-se no século XVI.

A pesquisa lingüística sobre a documentação quinhentista não deve ignorar esses fatores, pelo menos, que configurarão de forma diferenciada os *corpora* a considerar:

- o universo documental, a partir dos anos quinhentos, se amplia;
- apresentam-se explícitos, ou identificáveis, autores, datas, locais em que os textos foram escritos;
- afasta-se ainda mais da “voz”, dos usos reais, que podiam ser, em parte, rastreados pela variabilidade da escrita documentada nos manuscritos do período arcaico;
- torna-se assim, pode-se dizer, menos empiricamente motivada, a partir dos anos quinhentos, a reconstrução histórica do nosso passado lingüístico.

MATTOS E SILVA, R. V. A comparison of socio-cultural and linguistic re-establishment in Portugal in the 16th Century and The Archaic Period. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.33-47, 2001.

- **ABSTRACT:** *Here we present effects of new socio-cultural and linguistic re-establishment on the historical linguistic studies about the Portuguese language. We discuss the authorship question; the beginning of the metalinguistic studies on the Portuguese language; this language as matter of teaching at school; the diffusion of the printed books and the literary field increasing.*
- **KEYWORDS:** *Historical linguistics; history of Portuguese language; old Portuguese; modern Portuguese.*

Referências bibliográficas

ASENSIO, E. La lengua compañera del império. In: CASTRO, I. et al. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991[1974]. v.2, p.319-34.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações de M. L. Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras, 1971[1540].

BUESCU, M. L. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

CASTRO, I. et al. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991. v.1.

CASTRO, I. Para uma história do português clássico. In: *Actas do Congresso Internacional sobre o português*. Lisboa: Colibri, 1996. v.2, p.135-50.

CEPEDA, I. *Bibliografia da prosa medieval portuguesa*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.

CURTO, R. Língua e memória. In: MATTOSO, J. (Org.) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v.3, p.357-73.

_____. A língua e o império. In: BETHENCOURT, F., CHAUDURI, R. *A história da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v.1, p.414-33.

MACHADO FILHO, A. V. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador, 1999. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

MARQUES, O. *A sociedade medieval portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1964.

- MATTOS E SILVA, R. V. Para uma caracterização do período arcaico do português. *D. E. L. T. A.*, v.10 (n. especial), p.247-76, 1994.
- MENDES, M. Incunábulo. In: TAVANI, G., LANCIANI, G. *Dicionário da literatura medieval portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1995.
- OLIVEIRA, F. de. *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2000[1536].
- SOUZA, A. A cultura. In: MATTOSO, J. (Org.) *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v.2.
- VALLE CINTRA, M. A. *Bibliografia de textos medievais portugueses*. Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1960.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.